direito, aplicando-se-lhes o regime previsto no presente diploma.

3 — As entidades exploradoras dos empreendimentos turísticos em propriedade plural cujos processos se encontram pendentes à data da entrada em vigor do presente diploma podem optar por aplicar o regime constante do capítulo VIII do presente diploma ou o regime de exploração aplicável à data do início do procedimento.

4 — Os proprietários ou exploradores de empreendimentos turísticos ou de empreendimentos de turismo no espaço rural que demonstrem ter concluído, à data da entrada em vigor do presente diploma, as respetivas operações urbanísticas, de acordo com a lei aplicável, podem optar pela aplicação do direito anteriormente vigente, em matéria de classificação dos respetivos empreendimentos, caso em que a direção regional competente em matéria de turismo procederá à respetiva reconversão, nos termos do artigo anterior, dois anos após a classificação inicial.

Artigo 70.º

Direitos adquiridos

O disposto no artigo 18.º não prejudica direitos de terceiros adquiridos até à data da aprovação do projeto de arquitetura do empreendimento turístico ou da respetiva autorização de utilização para fins turísticos nem se aplica quando, à data do início do procedimento de controlo prévio municipal, respeitante ao mesmo empreendimento, já estivessem previstas ou fossem previsíveis, nomeadamente em função dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis, as atividades a realizar na sua vizinhança.

Artigo 71.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto Legislativo Regional n.º 24/87/A, de 4 de dezembro;
- b) O Decreto Legislativo Regional n.º 14/99/A, de 19 de abril;
- c) O Decreto Legislativo Regional n.º 34/2004/A, de 27 de agosto;
- d) O Decreto Regulamentar Regional n.º 28/80/A, de 3 de julho.

Artigo 72.º

Vigência

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte à publicação da regulamentação prevista no n.º 2 do artigo 5.º, a qual deverá ser aprovada até 60 dias após a publicação deste diploma.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 24 de janeiro de 2012.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 17 de fevereiro de 2012.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *Pedro Manuel dos Reis Alves Catarino*.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2012/A

Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2010

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve, nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 1 do 232.º, da Constituição, na alínea b) do n.º 1, do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo e no n.º 2 do artigo 50.º do Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, com a redação que lhe conferiu o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março, aprovar a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano 2010.

Aprovada, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 14 de fevereiro de 2012.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 10/2012/A

Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção do Tribunal do Nordeste

A reformulação do mapa judiciário recentemente anunciada propõe, no que respeita à Região Autónoma dos Açores, a extinção da Comarca do Nordeste.

Esta pretensão do Governo da República, defendida no denominado «Ensaio para a reorganização da estrutura judiciária», elaborado pela Direção-Geral da Administração da Justiça e datado de janeiro de 2012, lesa claramente os legítimos interesses dos cidadãos do concelho do Nordeste.

O Nordeste, para além de ser a localidade com menor densidade populacional na ilha de São Miguel, é o concelho mais distante dos centros urbanos da respetiva ilha.

O encerramento de determinadas estruturas ou serviços públicos situados fora dos centros urbanos pode contribuir para um crescente definhamento da localidade em causa, pelo que nunca poderá ser decidido sem a devida ponderação das consequências que daí advirão.

Nessa linha, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores consagra, na alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º, «o direito a uma organização judiciária que tenha em conta as especificidades da Região».

Acresce que a proposta de extinção do Tribunal do Nordeste não atende ou menospreza os seguintes factos:

O Tribunal do Nordeste está instalado num imóvel propriedade da Câmara Municipal;

O edifício do Tribunal do Nordeste reúne as condições adequadas para o respetivo funcionamento;

O Ministério da Justiça não teve qualquer encargo na aquisição do imóvel onde funciona o Tribunal, nem tem com a regular conservação do mesmo, já que esta é assegurada pelo Município do Nordeste;

A construção da casa dos magistrados foi assumida pela autarquia, que tem assegurado todas as posteriores reparações, sem qualquer contrapartida por parte do Ministério da Justiça;

O volume processual do Tribunal do Nordeste é considerável, dada a especificidade do mesmo, nomeadamente, tendo em conta a reduzida densidade populacional do concelho;

Por outro lado, o critério da distância entre tribunais (menos de uma hora) também é falacioso, uma vez que o percurso entre o concelho do Nordeste (freguesia da Salga) e o concelho da Povoação (Vila da Povoação), distando cerca de 65 km, demora aproximadamente duas horas, em transporte público;

Acresce que efetuar o percurso de táxi custa, em média, € 25, mais € 15 por cada hora de espera.

Em síntese, caso o encerramento seja concretizado, será reduzido consideravelmente o acesso à Justiça por parte dos cidadãos do concelho do Nordeste, sem que daí advenha qualquer redução de custos para o Estado.

Constata-se, ainda, que a decisão do Ministério da Justiça, quanto ao novo mapa judiciário para os Açores, é efetuada ao arrepio dos próprios critérios (volume processual, distância entre o Tribunal a encerrar e o que receberá o processo passível de percorrer em cerca de uma hora, qualidade das instalações e titularidade das instalações), já que o Tribunal do Nordeste não se enquadra na generalidade desses critérios.

É, pois, manifesto que a eventual decisão de encerramento do Tribunal do Nordeste, defendida pelo Governo da República, resulta do total desconhecimento da realidade sócio-geográfica do concelho do Nordeste, não assenta em critérios de razoabilidade e contraria, expressamente, o pressuposto de «privilegiar a proximidade ao cidadão», definido pelo Ministério da Justiça.

Não pode, assim, o Tribunal do Nordeste ser mais uma vítima dos cortes indiscriminados e da austeridade cega do Governo da República.

Recorde-se que a Câmara e a Assembleia Municipal do Nordeste já se pronunciaram, de forma unânime e por diversas vezes (24 de abril de 2007, 30 de abril de 2007, 10 de agosto de 2011 e 8 de fevereiro de 2012, respetivamente), contra o eventual encerramento ou transformação do atual Tribunal num mero recetáculo de processos que posteriormente serão tramitados noutra concelho.

Por fim, refira-se que desde 1841 é reconhecida autonomia judiciária no concelho do Nordeste, competindo aos representantes do Povo Açoriano lutar contra a implementação de tão gravoso retrocesso de um direito constitucional, emanada diretamente do Terreiro do Paço.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve, nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7.º, na alínea i) do artigo 34.º e n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo, o seguinte:

1 — Na sequência do «Ensaio para a reorganização da estrutura judiciária», de janeiro de 2012, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se pela manutenção da Comarca do Nordeste e do respetivo Tribunal Judicial.

2 — Da presente Resolução deve ser dado conhecimento ao Senhor Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo da República.

Aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 16 de fevereiro de 2012.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.